

Jornalismo de Dados e Direitos Reprodutivos: Um Estudo Sobre o Portal Gênero e Número¹

Louise Soraya Chacon SILVA²

Anna Beatriz Flor RODRIGUES³

Gilvan Araújo De ALMEIDA⁴

Thaís Medeiros FERNANDES⁵

Maria do Socorro Furtado VELOSO⁶

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

RESUMO

Neste estudo, analisamos como o jornalismo de dados pode dar suporte a pautas que tratam das questões de gênero, especialmente no que se refere aos direitos reprodutivos das mulheres. O trabalho tem como enfoque o portal brasileiro Gênero e Número. Com base em Fragoso, Recuero e Amaral (2011), foi realizada análise qualitativa de quatro reportagens publicadas no portal. A intenção é compreender de que maneira a Gênero e Número contribui para a construção de uma abordagem sobre a temática dos direitos reprodutivos capaz de alcançar o público por meio da relação entre dados, ferramentas visuais e narrativas jornalísticas.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo de Dados; Narrativas Jornalísticas; Direitos Reprodutivos; Gênero e Número; Narrativas de Gênero.

INTRODUÇÃO

Compreender de que modo o portal brasileiro Gênero e Número (www.generonumero.media), vinculado à associação de mesmo nome, faz uso da prática do jornalismo de dados para a construção de narrativas de gênero é o objetivo desta pesquisa. O trabalho se debruça sobre o tema dos direitos reprodutivos a partir do exame

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Narrativas Contra-hegemônicas Associadas às Materialidades Digitais, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

² Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e bolsista Pibic/CNPq. E-mail: louisechacon26@gmail.com

³ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: annaflor025@gmail.com

⁴ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: gilvan.araujo.137@ufrn.edu.br

⁵ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: thaissmedfer@gmail.com

⁶ Professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e orientadora da pesquisa. E-mail: socorroveloso@uol.com.br

de padrões recorrentes em quatro reportagens sobre a temática, disponíveis no portal. São elas: “Aborto legal na mira: 100% dos projetos de lei na Câmara dos Deputados em 2021 são contrários à interrupção da gravidez”⁷, de Vitória Régia da Silva, publicada em 23 de setembro de 2021; “Procedimentos de laqueadura caem e acesso esbarra em desinformação”⁸, de Agnes Sofia Guimarães, publicada em 19 de julho de 2022; “Brasil limita informação sobre acesso ao aborto legal”⁹, de Soledad Dominguez, Natalia Veras e Mariana Oliveira, publicada em 30 de novembro de 2022; e “Roraima lidera ranking de taxa de fecundidade entre meninas de 10 a 14 anos”¹⁰, de Schirlei Alves e Marcella Semente, publicada em 23 de maio de 2023.

Optamos por selecionar reportagens que abordam diferentes perspectivas na temática dos direitos reprodutivos, como aborto, métodos contraceptivos e gravidez em contextos de vulnerabilidade geográfica, social e econômica. As quatro reportagens se inserem no que Frago, Recuero e Amaral (2011, p. 78) definem como amostras intencionais, nas quais os elementos “são selecionados conforme critérios que derivam do problema de pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise”.

Consideramos que parte das produções guiadas pelo jornalismo de dados está voltada para questões que tratam de políticas públicas, destacando sua vinculação intrínseca com ações de fiscalização do poder, como apontam Weber e Brenol (2020).

Também tomamos por base a intersecção entre classe, gênero e raça como fator primordial para a análise, a partir de Silva (2007). A autora aponta a insuficiência de se falar sobre as questões de gênero sem considerar raça e classe como elementos determinantes da opressão sofrida pelas mulheres, enfatizando que a compreensão das relações entre os três conceitos permite perceber a realidade em suas formas complexas.

A Associação Gênero e Número foi fundada em fevereiro de 2022, dando continuidade ao trabalho da empresa social Gênero e Número, criada em 2016. A entidade se compromete a produzir e distribuir “jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates

⁷ Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/aborto-legal-na-mira/#index_8. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/laqueadura-desinformacao/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/brasil-informacao-aborto-legal/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://encurtador.com.br/mENO5>. Acesso em: 23 jun. 2023.

rumo à equidade”, a partir da “convergência entre jornalismo de dados, pesquisa e debate público”¹¹. A Gênero e Número apresenta-se como uma organização independente dos grandes grupos da mídia e apartidária. A equipe é multiprofissional, reunindo pessoas que trabalham com pesquisa, ciência de dados e jornalismo.

METODOLOGIA

Recorremos a ferramentas metodológicas oferecidas pela análise de conteúdo, a partir de Bardin (2011), que define o conceito como um “conjunto de técnicas de análises das comunicações” (BARDIN, 2011, P.37). Para a autora, “qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN, 2011, p. 38).

Para o estudo das quatro reportagens, foram utilizadas as técnicas da análise categorial, que “pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação” (BARDIN, 2011, p. 42-43), no qual “espécies de gavetas” classificam os elementos “de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 2011, p.43). As “gavetas” aqui utilizadas terão as seguintes classificações, nas quais as reportagens foram inseridas para efetivação da análise: **Categoria 1** - Intersecção de Gênero, Raça e Classe; **Categoria 2** - Gênero e Legislação; **Categoria 3** - Gênero e Geografia.

As reportagens representam amostragens qualitativas, levando em consideração o conceito de Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 68) de que estas “buscam selecionar elementos mais significativos para o problema de pesquisa”. Como amostras intencionais, portanto, seus elementos “são selecionados conforme critérios que derivam do problema de pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise” (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p. 78)

A originalidade do conteúdo, trazendo novas informações, perspectivas ou abordagens, sempre com aderência aos princípios éticos do jornalismo, foi fator relevante para a escolha dos textos. Buscamos a diversidade de fontes e vozes apresentadas nas reportagens, com o objetivo de ampliar a compreensão e perspectivas dos problemas abordados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

¹¹ <https://www.generonumero.media/sobre/>

Também chamado de *data journalism* (BARBOSA e TORRES, 2013, p.2), o jornalismo guiado por dados, como definido por Barbosa e Torres (2013), é aquele que se utiliza de dados, que podem ser retirados de bases públicas ou privadas. De acordo com os autores, para armazená-los, podem ser usados modelos nos quais os números são mantidos de forma bruta, como planilhas de Excel, ou podem ser adaptados em padrões de *design* e outros formatos. O uso de variados recursos tem a intenção de facilitar a compreensão do público e estabelecer uma leitura visual das informações (BARBOSA e TORRES, 2013, p.2).

Em concepção similar, Bertocchi (2016, p. 127) afirma que este modelo de jornalismo “diz respeito ao processo jornalístico que vai da captura dos dados e sua curadoria até a visualização em um formato a ser acessado pelos usuários finais nas interfaces digitais”.

Ramos (2011) compreende “as bases de dados como o centro da criação jornalística” (2011, p. 22), visto que dominam hierarquicamente a criação e a manipulação de conteúdos diversos no chamado jornalismo digital em base de dados. A partir daí, segundo a autora, geram-se linguagens, modelizadas pelos formatos, dos quais pode-se obter experiências narrativas. Não há narrativas nos dados na forma pura: “As bases de dados não contam histórias” (RAMOS, 2011, p.22). Nesta perspectiva, os dados operam como suporte às histórias que serão narradas no portal Gênero e Número. As narrativas incluem também ferramentas de apuração comuns ao jornalismo, como as entrevistas.

De acordo com Ávila (2003), os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva e devem ser tratados como uma dimensão da cidadania separada dos direitos sexuais. Essa separação se faz necessária no contexto da luta dos movimentos feministas contra valores conservadores que historicamente subordinam a sexualidade das mulheres apenas à reprodução. Desse modo, separando os campos da sexualidade e da reprodução, passa-se a ver a liberdade sexual como um componente elementar da autonomia feminina em relação às escolhas reprodutivas (ÁVILA, 2003, p. 466).

ANÁLISE

Com os resultados obtidos a partir da classificação das reportagens em categorias, baseando-se em Bardin (2011), entendeu-se que, nas matérias analisadas, o tema dos

direitos reprodutivos está intrinsecamente ligado às questões de raça e classe, além de estarem vinculados também a questões de ordem legislativa e geográfica. Chama atenção o fato dos aspectos de raça e classe se fazerem presentes em todas as reportagens analisadas, demonstrando que tais questões estão intrinsecamente relacionadas à temática dos direitos reprodutivos das mulheres.

A relevância do jornalismo de dados e sua intersecção, na forma de fiscalização das políticas públicas, também se faz notar, em acordo com o que propõem Weber e Brenol (2020). Tal aspecto foi notado em todas as reportagens que, ao trabalharem com os contextos sociais em que se inserem as cidadãs brasileiras, jogam luz sobre a defasagem de políticas públicas que devem permitir às mulheres maior liberdade e autonomia, a exemplo da falta de informações de dados sobre aborto legal nos sites oficiais das secretarias de Saúde, exposta na reportagem “Brasil limita informação sobre o aborto legal”.

É pertinente ressaltar que as quatro reportagens analisadas se utilizaram de pelo menos um recurso visual que teve como objetivo facilitar a compreensão da leitura, sendo esta uma das características presentes no jornalismo de dados, como apontam Barbosa e Torres (2013).

CONCLUSÃO

Foi possível observar como a utilização dos dados, associados a ferramentas comuns à prática do jornalismo, pode colaborar para a compreensão das questões de gênero atreladas aos direitos reprodutivos, no trabalho realizado pelo portal Gênero e Número. Novamente partindo de Ramos (2011), “a priori, em estado puro, não há narrativas nas bases de dados”. Assim, as reportagens analisadas comprovam como o trabalho do jornalismo de dados possibilita unir histórias de vida, dados e recursos visuais para gerar um produto jornalístico de qualidade, capaz de ser compreendido pelo público em geral e de contribuir para a fiscalização do poder, o que inclui a denúncia de violações dos direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, Schirlei; SEMENTE, Marcella. Roraima lidera ranking de taxa de fecundidade entre meninas de 10 a 14 anos. Gênero e Número. 23 mai. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mENO5>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. 2003. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dkmEQ>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BARBOSA, S. A.; TORRES, V. O paradigma ‘Jornalismo Digital em Base de Dados’: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. *Galáxia*, n. 25, p. 152-164, jun. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTOCCHI, Daniela. **Dos dados aos formatos**: A construção de narrativas no jornalismo digital. Curitiba: Appris, 2016.

BRENOL, Marlise Viegas. WEBER, Maria Helena. Interesse público e política na prática do jornalismo de dados no Brasil. 2020. Trabalho apresentado ao GT Comunicação Política do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS.

DOMINGUEZ, Soledad; VERAS, Natalia; OLIVEIRA, Mariana. Brasil limita informações sobre acesso ao aborto legal. *Gênero e Número*, [s. l.], 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/brasil-informacao-aborto-legal/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GUIMARÃES, Agnes Sofia. Procedimentos de laqueadura caem e acesso esbarra em desinformação. *Gênero e Número*, [s. l.], 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/laqueadura-desinformacao/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

RAMOS, Daniela Oswaldo. Formato: condições para a escrita do jornalismo de digital de base de dados: Uma contribuição da semiótica da cultura. 2011. 159 f. Tese (Doutorado) – ECA- USP, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23092011-180325/publico/danielaosvaldramos.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVA, Carmen. Raízes das desigualdades. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 0, ano I, 2007. Disponível em: https://soscopo.org/wp-content/uploads/RaizesdasDesigualdades_CarmenSilva_2007.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Vitória Régia da. Aborto legal na mira: 100% dos projetos de lei na Câmara dos Deputados em 2021 são contrários à interrupção da gravidez. *Gênero e Número*. 23 set. 2021. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/aborto-legal-na-mira/#index_8. Acesso em: 17 jun. 2023.